

3

Glorioso destino: Idéias de progresso na Primeira República

Um olhar atento sobre a produção historiográfica acerca da década de 20, nos permite perceber a constante articulação deste período com os conceitos de *moderno* e *progresso*, bem como algumas de suas expressões mais flagrantes: o império do discurso científico, o novo *status* da educação e a reorganização do espaço urbano.

Assim, a chave para a exposição de qualquer idéia nesse período parece ser o entendimento da implantação dos conceitos de *progresso* e *moderno* neste contexto.

Fugindo da porta comum da realização da Semana de Arte Moderna em 1922, que traduziu no Brasil a concepção de moderno nas expressões artísticas, mas aprisionou o vocábulo, temporal e tematicamente, de forma que falar de *modernismo* nos remete a esse movimento localizado, procuramos aqui entender as idéias de progresso e de moderno pelo viés do cenário sócio - econômico nacional.

Os conceitos de *modernidade* e de *progresso* não estão localizados no tempo. Eles aparecem em diversos momentos históricos significando sempre a mudanças dos códigos para o diálogo com a vida em sociedade. Neste movimento, surgem novos códigos e outros são descartados, criando uma dinâmica em que as mais diversas práticas e discursos deixam em um dado momento de significar o *moderno*, dando lugar ao *novo moderno* que passa a ser perseguido e, assumindo o papel do *antigo*, é destituído de qualquer qualidade sendo utilizado apenas como contraponto das novas regras sociais que passarão a ditar uma nova forma de civilidade.

O progresso seria o salto impulsionado pela idéia de modernidade para este novo patamar de relações sociais, uma vez estabilizadas as novas competências que passam a defini-la, o conceito de *moderno* se esvazia, dando lugar a busca pelo *novo moderno* assim que essas relações exigirem novos códigos.

Na esteira desse pensamento, o período da Primeira República no Brasil é cenário das tensões advindas de duas concepções de modernidade e, conseqüentemente da superação de dois modelos: o regime monárquico por meio da implantação da República e da disseminação dos ideais iluministas alavancados pela Revolução Francesa, e o modelo agrário exportador pela expansão do capitalismo e do desenvolvimento industrial. Assim, dois padrões de civilização coexistem no cenário brasileiro nesse momento: o europeu, que ao longo da década vai perdendo espaço e o americano que acaba se impondo no seu período final.

Sobre essa questão é necessário destacar que os artigos publicados pelo Jornal do Commercio, no período de 1920 a 1926, permitem considerar a real coexistência desses dois padrões de civilização, refutando a tentativa de uma sistematização em que esses dois modelos se sucederiam, tendo o modelo europeu caracterizado o final do século XIX e o modelo americano o século XX. Parece mais pertinente entender que a recorrência às duas referências distinguem-se quanto ao objetivo.

Desta forma, o padrão estético europeu é glorificado, por exemplo, com anúncios de produtos femininos, invariavelmente redigidos em francês, provavelmente no duplo objetivo de conferir credibilidade e de atrair a boa sociedade que, enxergando nos costumes, na moda e nos idiomas do velho mundo a passagem para o mundo civilizado, atendiam aos convites publicados nos jornais lidos pela elite carioca:

Mme Archinti

Arrivant de Paris avec une jolie collection de robes modeles de Chanel Paton, Jenny, Premet et Brand, invite la distinguee clientele de Rio pour voir l'exposition. Palace Hotel quarto 407 (JC, 01 de maio de 1921 p. 27).

Por outro lado, os avanços tecnológicos e a organização econômica americana representam o parâmetro de desenvolvimento a ser perseguido. Assim os anúncios de grandes empresas americanas destinadas a produtos industriais dominam os jornais, ainda que acompanhados dos de algumas empresas inglesas.

No cenário educacional, isso significa dizer que o modelo de homem civilizado, instruído, dotado de retidão moral, saudável e belo, que construiriam uma sociedade harmônica, estava pautado no homem europeu. Contudo, as formas

de alcançar esses objetivos, a organização escolar, os novos métodos, a disseminação de escolas, deveriam espelhar-se nos EUA.

Frequentemente, nesse período, o Brasil é comparado à nação americana, com o objetivo de explicitar a sua ineficiência nos assuntos educacionais. Um exemplo é o apelo da Liga Nacionalista, *Pela Educação Nacional*, dirigido ao presidente Epitácio Pessoa, informando que o Ceará com 1.000.000 de habitantes possuía 19.000 matriculados em escolas elementares enquanto Washington com o mesmo número de habitantes possuía 245.000. A Liga sugeria para reverter este estado de coisas, a *criação de um departamento nacional de Educação com as mesmas atribuições do Bureau de Educação dos EUA*, demonstrando confiança na administração educacional desenvolvida naquele país (JC, 14 de janeiro de 1921, p. 7)

A reconstrução do espaço urbano na capital da república é outro movimento que explicita os objetivos dos dois projetos de modernidade, que se confundem na primeira república, e que acabam por configurar o ideal de progresso que deveria implantar-se na capital para materializar os sonhos republicanos e acelerar o desenvolvimento industrial.

Desta maneira, a reforma empreendida por Pereira Passos em 1906 tinha como principal objetivo a construção da capital da nova república. Baseada na reforma da capital francesa, o *bota abaixo* destruiu cortiços, casebres e construções antigas, em nome da higienização e da apresentação do Rio de Janeiro como vitrine nacional guardando os ideais de beleza e civilidade europeus e construindo o espaço do homem republicano.

Já no fim da década de 20, tendo à frente da sua prefeitura Antônio Prado Junior, a cidade foi submetida ao *Plano Agache*. Idealizada pelo urbanista Alfred Hubert Donat Agache, a reforma visava à ocupação ordenada do espaço urbano para atender ao aumento da atividade industrial cada vez mais concentrada e o conseqüente deslocamento das populações rurais para a cidade, além de arejar a capital, abrindo vias de deslocamento entre as diversas regiões e criando o espaço do homem citadino.

Todos esses esforços convergiam para uma única constatação: a exemplo dos Estados Unidos da América, que alcançaria nessa década a liderança entre as potências mundiais, o Brasil tinha que avançar. A vinculação com os EUA não envolvia simplesmente uma admiração pelos progressos econômicos e sociais

alcançados por aquela nação, mas também pela encruzilhada estabelecida no cenário brasileiro. Com a proclamação da república a aproximação com os EUA não se deu apenas em âmbito ideológico, mas também econômico. Maior exportador do café produzido pelo Brasil, o mercado americano, a partir da Primeira Guerra Mundial, superaria o valor das importações de produtos brasileiros pela Grã-Bretanha.

Era natural que o Brasil buscasse caminhos para o seu desenvolvimento industrial para sair da desconfortável posição que culminaria em 1928, quando alcançaria a posição de maior dívida externa da América Latina. A luta pelo progresso constituía-se assim, como a luta pela independência econômica buscando-se, dentro do próprio país, os meios para esse desenvolvimento e para a superação da crise agravada pelos constantes acordos bancários que esmagavam o país na tentativa de manter o preço do café, a base da economia brasileira.

A análise dos artigos acerca da economia do país nas páginas do *Jornal do Commercio* traduz a insatisfação com a posição do Brasil no cenário mundial e apontam o desenvolvimento econômico como mais uma etapa da independência do país, iniciada de fato pela proclamação da república, conclamando a nação a progredir por meio da criação de auto-suficiência energética e de gêneros alimentícios além do atendimento satisfatório ao mercado externo e as exigências da nova indústria associadas à educação popular:

O futuro desse país se acha em produzir, e produzir bem para que seus produtos não sejam recusados e vencidos na concorrência mundial. Cada dia que passa a Industria se torna mais científica. Ou os povos produtores acompanham esse movimento, ou ficam para trás e são inexoravelmente eliminados. Gente analfabeta, não pode ser gente que vença (JC, 14 de outubro de 1921, p. 3)

Vale aqui ressaltar que a defesa dessa independência econômica, desse progresso, desse novo lugar que o Brasil ocuparia entre as nações do mundo, pode ser esclarecida se entendermos a concepção desse Brasil, oculta nos artigos de jornais, livros das mais diversas áreas de conhecimento, pronunciamentos políticos, etc.

Uma chave para vislumbrarmos essa concepção é a tímida utilização da palavra *futuro*, substituída sempre por *destino*, nos discursos acerca do porvir da nação brasileira. Escapando da esfera incerta da *construção de um futuro*, todos os esforços eram concentrados para o *cumprimento de um destino*, preexistente e glorioso a espera de se revelar assim que a sociedade brasileira estivesse pronta,

uma vez que o próprio país já guardava as características que denunciavam esse destino de conquistas:

Quem estuda o Brasil pelos lados econômico, social e político, descobre facilmente os mais prometedores horizontes. São esses horizontes sadios e reluzentes, que vão afastando o pessimismo corrosivo e semeando a fé profunda na grandeza de nosso destino. Temos de ser o primeiro país da chamada América Latina e para isso dispomos de todos os elementos primordiais; extensão territorial, superioridade numérica de população e um repertório vastíssimo de riquezas e energias que ora saem de sua vida embrionária. (JC, 4 de maio de 1921, p. 9)

Esta observação parece encontrar apoio na idéia desenvolvida por Marilena Chauí (2004) sobre o *mito fundador* do Brasil. De acordo com a autora:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, mais é a repetição de si mesmo (p. 9).

No caso do Brasil, esse mito fundamenta-se em três pilares; a sagração da natureza, a sagração da história e a sagração do governante. Estes componentes traduzem o Brasil como obra de Deus pela sua geografia privilegiada, a palavra de Deus pelo lugar que deve ocupar na história divina e a vontade de Deus pela inquestionabilidade de seus governantes (CHAUI, 2004).

As características desse país que se eleva ao patamar de paraíso terrestre, são exaustivamente apresentadas ao longo de sua história como garantia da inevitabilidade de seu progresso, e a onda modernizante dos anos 20 associada a reestruturação do pós-guerra, parecem fornecer o ambiente propício para, relembrando a vocação divina brasileira, incitar o seu crescimento econômico.

Vinculada à idéia de progresso e alimentada pela busca da capacitação do país para o papel que lhe estava reservado, agita-se a emergência do desenvolvimento da tecnologia de produção, que tornaria o país competitivo, redefinindo-se as próprias concepções de nacionalismo, como ilustra o caso Itabira Iron durante o governo Arthur Bernardes. O acordo com um grupo de investidores ingleses permitiria a exploração de jazidas de ferro na cidade de Itabira em Minas Gerais e, em troca da exploração sem pagamentos ao Tesouro nacional e da desobrigação da utilização de matéria prima local, a Itabira Iron Ore Company *poderia vir* a construir uma usina siderúrgica, a primeira no país.

Essa discussão polarizou os debates políticos do período, uma vez que, se por um lado, a possibilidade da construção de uma siderúrgica em solo brasileiro inflamava os sonhos de progresso e auto suficiência dos que entendiam o

nacionalismo como a luta pela colocação do Brasil no rol das nações economicamente prósperas, por outro causava revolta a entrada do capital estrangeiro para a simples extração de recursos naturais, para os que concebiam o nacionalismo como a defesa da nossa soberania. Apesar das divergências, reinava a certeza que com recursos estrangeiros ou não, apenas as mudanças econômicas e sociais poderiam reconfigurar o Brasil.

Assumindo o papel de vitrine nacional, propagandeando para o Brasil e para o mundo, o desenvolvimento e a civilidade, que deveriam generalizar-se pelo país, o Rio de Janeiro crescia, bondes e automóveis disputavam espaço com transeuntes, e as críticas aos novos meios de transportes ocupavam as páginas dos jornais. Chamadas como, *Colhida por um bonde*, *Atropelada por um auto*, são freqüentes, mesmo no avesso ao sensacionalismo, Jornal do Commercio. A modernidade causava incômodos e sentimentos de nostalgia. Aos poucos remodelava a cidade e, tentando remodelar o homem criava tensões, uma vez que o cotidiano do homem comum era afetado pelas constantes mudanças na capital que se lançava em um novo mundo, a despeito do descompasso entre cidade e cidadãos.

Na tentativa de amenizar esse descompasso, a Educação, bem como a Engenharia e a Medicina, delinearam uma série de movimentos que tinham como objetivo criar um novo país por meio de um novo homem, segundo Herschmann (1994) *criando um cenário e estabelecendo um universo cognitivo modernizante*. Inventar um Brasil moderno significava, antes de tudo, abandonar uma série de procedimentos institucionais e sociais que mantinham relações com o período pré-industrial.

Assim, saberes estabelecidos passariam a ser relativizados ou derrubados, dando lugar a novos valores estéticos e científicos, criando novos objetivos a serem perseguidos pelas áreas de conhecimento. À medicina caberia normatizar o corpo, à educação conformar as mentalidades e à engenharia organizar os espaços.

Irrompe a concepção de progresso, entendido como movimento de equiparação a nações que *alcançaram* à modernidade, pressupondo uma ordem evolutiva a ser seguida, com leis normativas com as quais o progresso não poderia ser interrompido. Essa noção de progresso absoluto difundiu-se no Brasil materializando a observação de Le Goff (2003) de que a partir do século XIX, *espalhou-se a idéia de que o progresso tecnológico arrastava consigo o*

progresso político, senão o moral [...], daí a urgência em educar o cidadão, pois todo resto viria em sua decorrência.

Desde que para nós o progresso é uma condição vital, é mister reunirmos as qualidades de que ele depende. A todos sobrelevam os requisitos da mentalidade que se não forma senão pela cultura. O progresso material, sem a educação da gente, sem a formação do caráter nacional, é um mito. (JC, 13 de outubro de 1921, p. 2).

Em virtude disso, pensar a Educação do começo do século XX é, antes de tudo, pensar o homem e a sociedade desse mesmo tempo. O surgimento do homem moderno, da sociedade industrializada, do consumidor necessário às novas conjecturas econômicas, faz com que a Educação construa novas conexões dentro de uma nova realidade.

Assim, a despeito da difusão dos novos métodos educacionais, o que de fato está em mudança nesse período, são as características do homem que satisfaça o seu tempo. A Educação se apresenta como ponte segura para a conquista desse rol de novas habilidades, estabelecendo a *conexão com o moderno*. Essa *conexão* traz como consequência a busca por uma nova pedagogia, além de elencar intelectuais das mais diversas áreas para o seu debate. Destarte, médicos, advogados, engenheiros, políticos lançam-se nos debates acerca da instrução, tocados pelas idéias positivistas, reconhecendo nela a chave para o diálogo com a modernidade.

Mais do que a democratização da Educação, o que estava em jogo era a democratização do direito de desfrutar da esfera pública que se construía e das engrenagens do capitalismo em franca expansão.

Diferente do período Imperial, onde a educação era promovida para à governabilidade, a Educação do pós-guerra passa a funcionar com a perspectiva de promoção nacional por meio do esforço individual para o bem comum. Isso não significa dizer que essa promoção estivesse vinculada à uma promoção individual no sentido de mobilidade social, e sim que essa educação supostamente democrática contemplaria de forma diferente os vários setores da sociedade satisfazendo e mantendo a nova estrutura econômica que se implementava. Isso fica claro se analisados os discursos de defesa da Educação nacional, exaltando a educação para todos, em contraposição com o custo e a quantidade de alunos matriculados nas escolas, denunciando um ensino fortemente elitista na capital federal.

Ainda assim, a despeito dos contrastes, ser instruído passava a significar ser moderno e impulsionar o desenvolvimento da nação por meio do seu trabalho e/ou da sua atuação social esclarecida, uma vez que, mais do que contribuir para o progresso nacional, importava não atravancá-lo com o peso da sua ignorância.